

Opinião • Quando o ensino médio integral encontra a educação profissional

Temos a oportunidade de transformar essa combinação em política estruturante para os jovens

Por Maria Slemenson e Silvana Oliveira

04/09/2026 | 03h00

Notícia de presente 📺 📌 💬 ➦

O ano de 2026 reúne condições inéditas para ampliar, de forma integrada, o ensino médio integral (EMI) e a educação profissional e tecnológica (EPT) nas redes estaduais. A combinação entre novas metas nacionais, recursos extraordinários e evidências sobre o impacto dessas políticas cria uma oportunidade concreta para fortalecer a formação dos jovens brasileiros.

Temos diretrizes alinhadas para os próximos dez anos da educação, por meio do Plano Nacional de Educação, com metas e estratégias bem definidas, recursos disponíveis para a criação de 600 mil vagas de formação técnica de nível médio e evidências robustas de que essas políticas funcionam quando bem estruturadas. Tudo isso nos direciona a unir essas duas frentes centrais da educação brasileira para potencializar aprendizado, permanência e perspectivas de futuro.

Isso porque vivemos a convergência de dois movimentos que podem reposicionar o ensino médio como investimento real para os jovens.

O primeiro é o Programa de Pleno Pagamento de Dívidas dos Estados (Propag), que permite aos Estados renegociar suas dívidas com a União em troca de criar 600 mil novas vagas em educação profissional técnica até o fim de 2026.

O segundo é o novo Plano Nacional de Educação (PNE), sancionado em abril, que estabelece que 50% dos estudantes do ensino médio público devem ter acesso a cursos técnicos de nível médio e pelo menos 50% dos estudantes devem estar matriculados na educação de tempo integral na próxima década. As metas, os instrumentos e os recursos estão postos. O que está em jogo agora é como essa agenda será implementada.

Quando EPT e EMI caminham juntas na mesma escola, com desenho pedagógico coerente, jornada compatível e integração curricular, a oferta deixa de ser apenas uma soma de políticas e passa a constituir uma experiência formativa mais completa. É essa articulação que pode evitar que a educação profissional vire um complemento e que a educação integral se reduza à ampliação do tempo. A qualidade da oferta dependerá da capacidade de integrar essas duas agendas de forma intencional e consistente.

Num país de dimensões continentais, o retrato dos Estados ajuda a enxergar a escala do desafio. São Paulo, Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Rio de Janeiro concentram boa parte do déficit de vagas de educação técnica e quase 90% da dívida total com a União. Pelo tamanho de suas redes, têm capacidade para liderar esse movimento, mas precisarão optar por modelos que não apenas cumpram metas numéricas.

O desafio, contudo, não se limita aos Estados mais endividados. Goiás, por exemplo, precisa ampliar significativamente suas matrículas em EPT num único ciclo. Em cenários tão distintos, a atenção à implementação deixa de ser detalhe e passa a ser condição para que a expansão se traduza em formação integral, aprendizagem e permanência.

O Piauí mostra que esse caminho é possível. O Estado chegou ao Propag com déficit zero como resultado de esforço próprio ao longo de uma década. Em 2025, universalizou o ensino médio integral em toda a rede estadual e lidera o País em percentual de alunos do ensino médio em EPT integrada. O impacto vai além, já que o estado também recebeu reconhecimento do MEC, na categoria educação profissional e tecnológica, e se destacou pelo maior percentual de matrículas de estudantes pretos e pardos no ensino médio integrado à EPT. A experiência do Estado sugere que priorização política e implementação de qualidade permitem construir políticas integradas, consistentes e sustentáveis ao longo do tempo.

As evidências reforçam a importância de avançar nessa agenda. Estudantes do ensino médio integral apresentam, em média, o dobro do aprendizado em matemática, notas de até 29 pontos a mais no Enem, chegando a 32 pontos entre estudantes pretos, pardos e indígenas, e uma taxa de ingresso no ensino superior 5,8% maior.

Além disso, no livro *Impacto da educação técnica sobre a empregabilidade e a remuneração*, Laura Muller Machado, pesquisadora do Insper, estima que jovens que concluem um curso técnico no ensino médio têm, em média, salário 32% maior e maior acesso ao mercado de trabalho formal.

De acordo com estimativas do Itaú Educação e Trabalho, triplicar o acesso ao ensino técnico pode gerar um aumento de 2,3% no PIB brasileiro. Esses dados sustentam a prioridade da expansão, mas também reforçam que o impacto não virá apenas da adesão a programas, e sim da qualidade da implementação, do compromisso político e da continuidade das políticas ao longo do tempo.

O Propag tem potencial para acelerar a formação profissional, mas é sua combinação com a educação integral que pode garantir uma formação conectada ao projeto de vida dos jovens, preparando-os para a vida em sociedade, para o mundo do trabalho e para trajetórias mais consistentes de inclusão produtiva. Isso exige decisões sobre quais escolas vão crescer, como será organizada a jornada, de que maneira o currículo geral e o técnico serão integrados e como professores e equipes gestoras serão preparados para atuar nesse modelo. Não se trata apenas de abrir vagas, mas de fazer da escola o lugar onde EMI e EPT se encontram de forma coerente e sustentável.

Jovens que ingressam no ensino médio da rede pública brasileira viverão diretamente os efeitos das escolhas feitas neste ciclo, mas também das próximas gestões. Eles merecem mais do que a promessa de um número maior de vagas: merecem uma trajetória que ofereça perspectivas concretas de futuro. Temos a oportunidade de consolidar uma política que combine educação integral e profissional com qualidade, reduza desigualdades e amplie oportunidades para os jovens.

Mais do que uma agenda de governo, trata-se de uma agenda de Estado, que exigirá continuidade, coordenação e compromisso com a implementação de qualidade.

Não há espaço para melhorias incrementais ou soluções graduais, mas sim para um modelo transformador que integre, de forma consistente, o ensino médio integral à educação profissional e tecnológica.

Opinião por Maria Slemenson

Superintendente do Instituto Natura Brasil

Silvana Oliveira

Superintendente do Itaú Educação e Trabalho